

# RIO DE JANEIRO S.A.: A ESCALADA DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS GIGANTES NA CAPITAL DO BRASIL (1892-1914)

JACIANE APARECIDA JESUS DA CRUZ<sup>1</sup>  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
ILHÉUS - BAHIA - BRASIL



THIAGO VINÍCIUS MANTUANO DA FONSECA<sup>2</sup>  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ  
ILHÉUS - BAHIA - BRASIL



## RESUMO

Esse artigo tem como objetivo desnudar o caráter constitutivo da criação e atuação de empresas monopolistas no/do Rio de Janeiro como resultado e agência do/nos processos históricos fundamentais para formação econômica do Brasil, a evolução urbana carioca e a reafirmação da sua capitalidade. Para tanto, partimos das premissas metodológicas da História de Empresas, conceituamos as empresas analisadas como *Sociedades Anônimas Gigantes* e evidenciamos sua agência, porte, interesses e privilégios com fontes primárias.

**Palavras-chave:** Rio de Janeiro; Empresas; Sociedades Anônimas; Capitalismo; Monopólios.

## ABSTRACT

This article aims to reveal the constitutive nature of the creation and operation of monopolistic companies in Rio de Janeiro as a result of and agency within the historical processes fundamental to Brazil's economic formation, its urban evolution, and the reaffirmation of its capital status. To this end, we draw on the methodological premises of Business History, conceptualizing the companies analyzed as Giant Public Limited Companies, and highlighting their agency, size, interests, and privileges with primary sources.

**Keywords:** Rio de Janeiro; Companies; Public Limited Companies; Capitalism; Monopolies.

## RESUMEN

Este artículo busca revelar la naturaleza constitutiva de la creación y operación de empresas monopolísticas en Río de Janeiro como resultado y su rol en los procesos históricos fundamentales para la formación económica de Brasil, su evolución urbana y la reafirmación de su capitalidad. Para ello, nos basamos en las premisas metodológicas de la Historia Empresarial, conceptualizando las empresas analizadas como Sociedades Anónimas Gigantes y destacando su rol, tamaño, intereses y privilegios con fuentes primarias.

**Palabras clave:** Río de Janeiro; Empresas; Sociedades Anónimas; Capitalismo; Monopólios.

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia Regional e Políticas Públicas (PERPP-UESC). Mestre em História do Atlântico e da Diáspora Africana (PPGH-UESC). Pesquisadora de História Econômica da Região Cacaueira da Bahia. Membro do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (UESC). E-mail: [jacyjcruz@gmail.com](mailto:jacyjcruz@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em História (UFF) e Professor Visitante Adjunto de História do Atlântico (PPGH/DFCH-UESC). Pesquisador do Laboratório POLIS – História Econômico-Social (UFF) e sócio da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. E-mail: [thiago\\_mantuano@id.uff.br](mailto:thiago_mantuano@id.uff.br).

## INTRODUÇÃO

Quando a Rio Light conseguiu a concessão de todos os bondes elétricos da capital do Brasil, o Rio de Janeiro já era uma cidade industrializada há duas décadas, dava passos largos no processo de monopolização das mais relevantes fatias do seu mercado, já experimentava os primeiros resultados das reformas urbanas e estava em vias de finalizar a construção do seu porto. Quando a Docas de Santos inaugurou o seu edifício na Avenida Central, novo centro decisório – público e privado – nacional, a consolidação das leis de sociedades anônimas já estava em vigência há uma década e meia, e a financeirização das atividades produtivas já era uma realidade relativamente conhecida.

A história das empresas monopolistas antecede sua existência formal e atividade econômica. No Brasil, e mais especificamente no Distrito Federal, os condicionantes econômicos e sociais historicamente constituídos – como a acumulação concentrada de capitais, a centralização produtiva, a dependência externa e a macrocefalia urbana – oportunizaram a agência de alguns poucos capitalistas, muito bem relacionados e posicionados, que redirecionaram/redimensionaram um instrumento de organização dos negócios há muito conhecido, a saber: a empresa em forma de sociedade anônima.

Esses colossos capitalistas, financeirizados e ligados aos capitais externos, não se assemelham às companhias de comércio – previstas no Código Comercial, desde 1850 – pioneiras em adotar a união de capitais e divisão da propriedade na forma de sociedades anônimas. Embora possuíssem o mesmo nome, eram, efetivamente, entidades distintas. Por isso, adotamos a chave teórica de Paul Baran e Paul Sweezy considerando estas empresas sob o conceito de *Sociedade Anônima Gigante*.

O recorte cronológico de nossa análise histórica se inicia com a consolidação das leis de sociedades anônimas, em 1891, e se encerra com a finalização da construção do Porto do Rio de Janeiro e a irrupção da Grande Guerra, em 1914. As principais fontes utilizadas oferecem informações quantitativas – já quantificadas ou quantificáveis – as quais trabalhamos em esforço classificatório, de categorização e exposição (sincrônica e diacrônica, absoluta e proporcional) com o fito evidenciar a dimensão e, supõe-se, precisar dados que subsidiem a análise crítica e relacional, colocando a nu a agência, o porte, os interesses e privilégios das maiores empresas nacionais e estrangeiras no Brasil, que naquele período estavam sediadas e/ou instaladas no Rio de Janeiro.

## HISTÓRIA DE EMPRESAS (MONOPOLISTAS)

Não cabe nesse artigo debater a historiografia da História de Empresas, suas tendências e seus principais autores. Nosso objetivo aqui é bem mais acanhado: atentar para pontos teórico-metodológicos específicos atinentes à História de Empresas e que sejam concernentes ao objetivo geral da pesquisa que expomos nesse artigo. Para tanto, me apoio em extensa bibliografia, inclusive naqueles autores que fizeram, proficuamente, alentada discussão que consolida o debate historiográfico sobre a atuação de empresas no Brasil, nas Américas e na Europa<sup>3</sup>.

Vista como instrumento da História Econômica, a História de Empresas deve oferecer subsídios para explicações históricas que excedam os muros dos domínios empresariais investigados. Concordamos com Almir Pita Freitas Filho quando repara que “a História de Empresas revela o concreto, o palpável, num nível microscópico, desvendando os homens em atividade e os processos produtivos. A História de Empresas aparece, desse modo, intrinsecamente ligada à História Econômica”<sup>4</sup>. Segundo Saes e Gonçalves a corrente conhecida como *Business History* buscou, ao contrário, “circunscrever um campo não somente original como autônomo de conhecimento”<sup>5</sup>, evidentemente esta não é a corrente historiográfica a qual nos filiamos.

Para entender como o capitalismo monopolista estabeleceu-se enquanto modo de produção hegemônico na formação econômico-social que estudamos - situada, em partes, no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX - é necessário levar em conta as empresas que ambicionavam expandir e ser, proporcionalmente, cada vez maiores e ilimitadas em seus capitais, tempo, espaço, atividades econômicas e exploração do trabalho. Seguindo Levy, entendemos que:

As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interatuantes, no qual lhe cabe a produção de

<sup>3</sup> Destes balanços, recomendamos, vivamente, a pioneira Eulália Lobo (1997) e trabalhos mais recentes como de Armando Dalla Costa (2017) e de Alexandre Saes e Caroline Gonçalves (2021). Para metodologia da História de Empresas fazem importantes reflexões o pioneiro Witold Kula (1974), Almir Pitta Freitas Filho (1989), Maria Inês Barbero (1993), Maria Bárbara Levy (1994) e, mais recentemente, Flávio Saes (2021). Elenco estes trabalhos, pois serão estes a sustentar a nossa leitura sobre o suporte que a História de Empresas pode dar a História Econômica.

<sup>4</sup> FREITAS FILHO, A. P. História Econômica e História de Empresa: algumas reflexões metodológicas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, ano 10, p. 171, 1989.

<sup>5</sup> SAES, F. História de Empresas e História Econômica no Brasil. In: GOULARTI FILHO, A.; SAES, A. (Orgs.). *História de Empresas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, p. 39, 2021.

bens. Como parte orgânica da sociedade, sua atuação social na qual se desenvolve é vírgula por sua vez influenciada por ela<sup>6</sup>.

Em termos metodológicos, apesar de lidarmos com excelentes monografias empresariais, não consideramos as empresas isoladamente da estrutura social, da conjuntura política e econômica, de determinada cultura em que são criadas, se inserem e elas mesmas colaboram em sua construção. Pita define esta “fuga à introspecção” que a História de Empresas deve empreender: “se difunda cada vez mais a necessidade de se estudarem as empresas sob uma perspectiva mais ampla, que fuja à introspecção, ao isolamento e que demonstre sua vinculação com a estrutura e com o desempenho da economia como um todo”<sup>7</sup>.

As empresas são criadas, crescem ou diminuem, expandem e recuam, passam por momentos de bonança ou de crises, sempre sob certas condições econômicas e extraeconômicas. Por isso mesmo, desempenham não só produtiva, financeira e comercialmente, mas também em prol de seus interesses políticos e sociais.

Outrossim, não é possível generalizar as observações e resultados sobre a história de uma empresa para todas as que desempenham mesma atividade econômica, que coabitam mesmo espaço e tempo, que exploram a mesma composição da força de trabalho, que usufruem dos mesmos recursos naturais e que participam das mesmas associações de classe. Estudos monográficos colaboram e enriquecem a história e a teoria econômica, mas devem ser escritos considerando outras monografias, especialmente outras monografias empresariais neste caso. O historiador deve ter a consciência que monografias empresariais, mesmo que tornem objeto uma empresa individual, não substituem análises alargadas de processos históricos e/ou estruturas sociais. Ao contrário, necessitam destas leituras e colaboram com o seu melhor entendimento.

Neste ramo da História Econômica sempre empregamos o plural – empresas, empresários, negócios etc. –, por mais que possamos considerar enfoques particulares ou sobre uma coletividade restrita. O ambiente empresarial é relacional em si – empresas que lidam com empresas, numa miríade de relações – e para além de si – empresas que se relacionam com agentes não empresariais, os dois exemplos que mais saltam aos olhos são a força de trabalho e o Estado.

<sup>6</sup> LEVY, M. B. *A Indústria do Rio de Janeiro Através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, p. 27, 1994.

<sup>7</sup> PITA, 1989, p. 175.

Outra perspectiva a qual nos afastamos, consagrada em Chandler, considera apenas e tão somente a “grande empresa bem-sucedida e de trajetória incontroversa”. Embora o nosso foco seja as Sociedades Anônimas Gigantes que protagonizaram a transformação do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX, que fizeram da capital sua fonte de investimentos, que pressionaram e atuaram para adequar os territórios de interesse em prol da acumulação/concentração de capitais, enfim, que condicionaram a fração mais nobre do seu espaço urbano enquanto centro decisório de seu poder, por conta de concepção muito próxima à Teoria do Capitalismo Monopolista<sup>8</sup>, é necessário aclarar que não se anula a existência de pequenas empresas nesse processo histórico. O mesmo se aplica às grandes empresas que fracassaram por completo em seus intentos ou os conduziam de forma criticável – seja esta crítica coeva, detectada nas fontes, e/ou fruto de análise histórica. Assim, nos obrigamos a investigá-las ou, ao mínimo, considerá-las para além do tipo ideal. Seguimos Saes<sup>9</sup> quando indica o risco que significa “uma história de empresas que ‘selecione’ o sucesso empresarial como seu objeto de pesquisa.”.

O tamanho das empresas que abordaremos neste trabalho importa e, ao contrário do que parece, não é um critério excludente. O papel das empresas de capital, força de trabalho e poder - relativamente - menores tem diversas valias, dentre as quais, inclusive, a de explicar a sua relação com concorrentes, fornecedores ou clientes maiores. Compreender o tamanho de cada empresa, dos conjuntos destas, suas associações e competições, significa apreender a regularidade com que esta(s) se insere(m) no contexto sócio-histórico<sup>10</sup>.

A multiplicidade das atividades econômicas em que se envolvem uma única ou várias empresas, mesmo as mais distintas de nosso objeto, podem igualmente importar devido ao contraste, comparação e cruzamento das estruturas administrativas, composição de capital, gerências dos negócios, interesses comerciais, força de trabalho, atuação política etc., enfim, na relação com as empresas que mais são caras ao nosso objeto. Constitui grave erro simplesmente ignorar setores ou subsetores da economia, bem como atividades pouco pertinentes para análise, a pretexto de enfoque privilegiado. Inclusive porque empresas, tomadas individualmente, se relacionam, trocam e transitam entre agricultura, indústria e comércio/serviços. Essa classificação básica deve servir, antes, para elucidar e não para nublar a estrutura econômica de

<sup>8</sup> SWEEZY, P.; BARAN, P. *Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

<sup>9</sup> SAES, 2021, p. 29.

<sup>10</sup> KULA, W. Las Investigaciones Sobre la Historia de las Empresas. In: KULA, W. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1974.

outrora. Ao revelar a estrutura de um dado setor, o historiador desvendará seus mecanismos próprios, mas não a universalidade da economia e muito menos da formação social pretérita em que se inseria. Do contrário, a História de Empresas pode ajudar a desvelar a estrutura e o momento histórico de dado setor da economia e como este se relaciona com os outros, assim como é possível comparar como associam fatores de produção, como desenvolvem suas unidades produtivas, em que grau pode se considerar a concentração do capital e a centralização produtiva em perspectiva entre os setores<sup>11</sup>.

Superando a lógica dos setores da economia, em sua experiência real e vivida, as empresas encetam atividades determinadas pelas demandas sociais, sendo aspectos móveis de seu tempo. Dessa forma, a nossa investigação deve perceber o ambiente relacional, em termos holísticos, entre a estrutura econômica da época, as nuances conjunturais e a intervenção das unidades produtivas, enquanto condicionadas e condicionantes deste processo. Perceber os graus de mudança e de adaptação<sup>12</sup>, no processo em que unidades de produção se firmam, arraigam e ganham capilaridade social, é possível pesquisando a história das empresas – especialmente quando estas expressam as unidades produtivas do capitalismo com características de seu tempo. Saber como se estruturavam, operavam, produziam e reproduziam esclarece uma parte do todo sistêmico: “*El análisis del proceso productivo de la empresa no es nunca para el historiador económico un objetivo en sí.*”<sup>13</sup>.

Ao analisar a trajetória histórica das empresas devemos nos interessar por tudo o que é meio e tudo o que resulta das atividades destas para entender seu contexto socioeconômico. No entanto, saber não significa compreender. A pesquisa sobre os processos de produção, bem como seus processos de trabalho subjacentes, e reprodução do capital nos obriga a estudar e conhecer a fundo uma série de métodos, técnicas e tecnologias distantes da formação do historiador. A qualidade do entendimento sobre as informações, dados e opiniões sobre as empresas expressas nas fontes está subordinada à compreensão de um vasto campo de saberes que é tarefa inglória ao historiador. Desde a administração e a contabilidade até as especialidades produtivas da empresa, o historiador tem de se desdobrar nos conhecimentos manualizados - científicos ou tradicionais - atinentes aos processos e procedimentos avaliados.

<sup>11</sup> MAURO, F. O Empresário Moderno e a História Econômica. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, jul.-ago. 1974

<sup>12</sup> GOURVISH, T. R. *Redes de Empresas en España: Una Perspectiva Teórica, Histórica y Global*. Madrid: LID, 2005.

<sup>13</sup> KULA, 1974, p. 181.

Embora o entendimento momentâneo da produção deixe algumas pistas sobre o passado e semeie indícios sobre as possibilidades futuras da empresa, é naturalmente limitado como forma de explicar a relação dessas empresas com o tempo, sua experiência e horizonte futuro. O investimento capitalista é uma senda para entender as empresas nesta dimensão temporal. Os investimentos são o elo das diferentes fases da vida econômica, captá-los passa, fundamentalmente, por apreender passado, presente e futuro da empresa que o projeta, executa e colhe seus frutos. Graças à pesquisa sobre os investimentos fica patente o sentido que uma empresa deu ao conjunto das suas atividades, a sua ambição em termos de volumes e proporções, a ousadia de preceder e impor ao mercado novas tecnologias formando uma gama de consumidores futuros que o legado transmitido por uma outra geração – da mesma empresa ou de outras – possibilitou ante as forças produtivas daquela mesma sociedade no passado. Compreender os fatores sociais que adiantam ou retardaram o investimento é um elemento importante para a apreciação da trajetória de uma empresa, como de resto, em perspectiva geral e comparada do sistema econômico que ela permeia.

Esses investimentos e as consequentes atividades econômicas das empresas deixam marcas indeléveis no espaço. Desde o aspecto da propriedade fundiária até as mutações arranjadas pelo homem na natureza, transformações no ambiente - no que é sobressalente a urbanização -, as edificações, os meios de hidratação, alimentação, satisfação das necessidades fisiológicas, habitação, locomoção etc. de massas de seres humanos que são alvos de empresas. Estas, por sua vez, por si ou através de pressões e ingerências junto ao Estado, transformam o espaço vivido, incidem no território e por ele são condicionadas/possibilitadas nas dimensões de ocupação e utilização do mesmo. O historiador, especialmente aqueles que, como nós, tornam empresas objeto histórico, tem de estar atentos às marcas que os capitais deixam pelo caminho. As empresas cunham sua marca tanto mais quanto for acirrada e concentrada a competição pelo espaço.

A relação das empresas com o Estado Nacional é absolutamente complexa e impossível de ser reduzida à mera tributação e vantagens fiscais, desonerações e subvenções. A começar pelo fato histórico sobressalente da existência e grande relevância de empresas estatais, que se transfigura sob o capitalismo, e que a própria burguesia foi construtora dos Estados Nacionais Modernos, sendo a classe social privilegiada em seu controle na maior parte das experiências históricas.

Em países onde o capitalismo como sistema social se hegemonizou tardiamente, como o Brasil, as primeiras grandes empresas foram as de serviços públicos: ferrovias, portos,



navegação, abastecimento de água, saneamento, energia, comunicações por correio, telegráficas e telefônicas, empreiteiras e bancos, sendo estas estatais, concedidas ou permitidas, geralmente pelos poderes representantes da União, mas, ao longo do tempo, também pelos entes subnacionais. Não raro essas empresas eram constituídas para gozar de algum tipo de monopólio, como se arrogavam, por exemplo, os concessionários ou arrendatários de serviços públicos. Também é necessário ter em conta que o Estado poderia ser fornecedor, através de suas estatais, ou controlador de fornecedores de serviços e produtos, bem como um importante cliente das mais variadas empresas. Como lembra Flávio Saes<sup>14</sup>, em alguns casos a chave fundamental para percepção do processo histórico está na ligação entre empresa e Estado, relegando ao mercado função acessória.

Nunca é demais lembrar: em qualquer sociedade clivada por classes existe luta entre as dominantes e dominadas. É claro que as empresas - no aspecto interno - são palcos destas, bem como - externamente - são armas mobilizadas pelas classes dominantes a seu favor. Empresas e classes sociais, conflitos e alianças. No entanto, a história de empresas também é afetada pelo fracionamento das classes e, não raro, a sua constituição é fruto disto. As classes dificilmente podem ser observadas em momentos de unidade, inclusive é comum conflitos entre os trabalhadores dentro de dada unidade produtiva. Faz parte do massacre levado à cabo pelo capitalismo certo acirramento entre os explorados.

As classes dominantes também utilizam de seu aparato empresarial para se fazer representar no bloco histórico de poder que compõe, diferenciando-se por suas diferentes áreas de atividade, porte, graus de associação com outros capitais, inclusive estrangeiros, suas diferenças no/de mercado, além de diferentes projetos e concepções políticas e ideológicas de seus proprietários ou dirigentes<sup>15</sup>. É necessário estar de olhos abertos para os intentos empresariais de influência e conquista de parcelas do Estado, por si ou através de representantes – não era raro a contratação ou a bonificação de advogados, engenheiros, médicos sanitaristas, militares e políticos influentes nos poderes públicos.

O desafio imperioso de despersonalizar a História de Empresas é o que mais temos falhado em nossos últimos trabalhos. Urge oferecer ao leitor uma perspectiva econômica e social que estabeleça a margem de autonomia dos dirigentes empresariais. É tarefa do historiador perceber até que ponto os homens em posição de poder empresarial delinearam

<sup>14</sup> SAES, 2021.

<sup>15</sup> CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. da M. *Os Donos do Capital: uma trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2016.



novas margens dessa autonomia, mas também tenhamos em conta as contingências históricas que se encontravam, como se defrontavam com problemas e desafios previamente estabelecidos e não solucionados por seus antecessores e pares de classe, como direcionaram suas empresas para a mudança ou conservaram sua posição<sup>16</sup>.

Segundo Valdaliso Gago<sup>17</sup>, não se deve “internalizar” a história da empresa para dar enfoque àqueles que as dirigem, pois, apesar de haver postos de destaque na administração, a direção de grandes empresas raramente é única, e até na pequena empresa familiar algumas vozes são consideradas. Ademais, enquanto historiadores, o melhor proveito das informações e dados relativos à atuação individual à frente de uma empresa deriva do entendimento de suas escolhas, dentro de uma gama de possibilidades limitada, na relação com sócios, competidores, fornecedores, clientes, trabalhadores, instituições e o próprio Estado.

O empresário não é a empresa – ainda mais considerando-se uma sociedade anônima que tem horizontes temporais virtualmente infinitos –, mas é a emanção desta no aspecto relacional externo da mesma<sup>18</sup>. Percebemos, como Armando Dalla Costa<sup>19</sup>, que o empresário é um ser humano limitado e o seu estudo prosopográfico pode ser feito com justeza de propósitos. Exemplo pioneiro é a obra seminal de José de Souza Martins. O próprio autor define de forma sintética, perfeita e aplicada ao seu estudo o que pretendemos para o nosso: “Personalidade, grupo econômico e situação socioeconômica serão vistos como dimensões interdependentes do mesmo fenômeno - a industrialização de São Paulo”<sup>20</sup>.

Por último, é necessário não se render a apologia das próprias empresas. É mau para a História enquanto método; e faz mal à sociedade. É claro que as empresas desenvolvem as forças produtivas, criam produtos, os impõe ao consumo, circulam coisas, pessoas e dinheiro, são as principais forças realizadoras da materialidade na sociedade capitalista. No entanto, a mudança social costuma vir fora de seu ambiente – pretensamente controlado e imune às externalidades. As articulações políticas no escalão de cima se encontram não só nos escritórios empresariais. Normalmente, se dão nos jantares, em palácios, hotéis e grandes edifícios das

<sup>16</sup> BARBERO, M. I. *Historia de Empresas: Aproximaciones Historiograficas y Problemas em Debate*. Buenos Aires: CEAL, 1993.

<sup>17</sup> VALDALISO GAGO, J. M. El Juego, los Jugadores... y las reglas. Aproximaciones Didácticas a la Historia Económica de la Empresa. In: GARRIDO GONZÁLEZ, L. *Historia Económica y Experiencia Didáctica: un encuentro en Jaén*. Jaen: Instituto de Estudios Giennenses, p. 122, 1993.

<sup>18</sup> KULA, 1974.

<sup>19</sup> DALLA COSTA, A. História de Empresas no Brasil: entre os desafios teóricos e os estudos de caso. In: SAES, A. M.; SAES, F. A. M. de; RIBEIRO, M. A. R. *Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017.

<sup>20</sup> MARTINS, J. de S. *Conde Matarazzo: O Empresário e a Empresa*. São Paulo: HUCITEC, pp. 11-12 1976.

associações de classe; bem como, as mobilizações dos de baixo são forjadas na praça, na rua, na vila, na quadra e no pátio, do partido, do sindicato, da escola, da vizinhança, da igreja, do bar etc. A empresa, vista como local de trabalho, por seu fito, não pode ser o lócus da mudança social por excelência, antes é o local privilegiado para o reforço do *status quo*.

## A FORMA QUE MUDOU O CONTEÚDO: SOCIEDADES ANÔNIMAS GIGANTES PARA UM NOVO CAPITALISMO

O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades anônimas, concluiu essas construções num piscar de olhos<sup>21</sup>.

Para o melhor entendimento sobre a assunção do capitalismo monopolista na capital do Brasil adotamos a chave teórica formulada pelos economistas marxistas Paul Baran e Paul Sweezy<sup>22</sup>, trata-se do conceito de Sociedade Anônima Gigante. Para os autores norte-americanos, nas últimas décadas do século XIX, as sociedades anônimas em economias capitalistas foram guindadas a um vulto inédito pelo movimento de concentração de capitais e centralização produtiva. O novo cariz da organização empresarial capitalista era fruto das suas leis sistêmicas e, em processo de retroalimentação, a forma colaborou com a mudança de conteúdo do sistema: aquelas sociedades anônimas de porte, complexidade e agência inéditas foram um dos principais fatores para emergência do capitalismo monopolista.

Como boa parte daquilo que o capitalismo - enquanto modo de produção - encontrou em formações sociais pré-capitalistas, as sociedades anônimas já existiam antes dos capitais passarem a ordenar sociedades através do mercado enquanto compulsão<sup>23</sup>. Já nos séculos XV e XVI, era absolutamente comum que grupos de burgueses europeus se associassem num instrumento não pessoal arriscando suas economias junto a outros dos seus para – figurativa e literalmente – somarem forças num empreendimento, geralmente mercantil, que exploraria pessoas, povos inteiros, às vezes estranhos a estes, e seus recursos naturais.

<sup>21</sup> MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital (Livro 1)*. São Paulo: Boitempo, p. 854, 2013.

<sup>22</sup> BARAN; SWEEZY, 1966.

<sup>23</sup> WOOD, E. M. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Sob o capitalismo, o sentido das sociedades anônimas mudou, a começar pelo fato de que este arranjo para união/atração de capitais, divisão/difusão da propriedade e manutenção do controle restrito por parte de uma burguesia dirigente passou a ser adotado sistematicamente na organização de empresas nos ramos da produção fabril e na industrialização de certos serviços. A Sociedade Anônima Gigante é a principal expressão histórica da tendência à concentração de capitais e centralização produtiva apontados por Marx. Segundo Earley<sup>24</sup>, seus objetivos eram: “As principais metas da moderna empresa em grande escala são as altas rendas administrativas, bons lucros, forte posição competitiva e crescimento”. Algumas consequências disto para o funcionamento, como empresa, foram: a sofisticação da divisão do trabalho e o, conseqüente, fortalecimento da sua socialização; o avanço conjunto da exploração da mais-valia absoluta e relativa; o aumento da produtividade e da inventividade; uma política estratégica de predomínio sobre os mercados, tanto de fornecimentos, quanto consumidor; e a eterna mudança das suas estruturas organizacionais, sem que a empresa em si fosse encerrada ou substituída<sup>25</sup>.

Essas consequências atendem ao movimento dos capitais em busca de acumulação e em fuga da queda tendencial da taxa de lucros, especialmente durante a primeira Grande Depressão capitalista<sup>26</sup>, mantendo setores e atividades econômicas já tradicionais, mesmo que em declínio, buscando revolucioná-los e encontrar uma nova combinação dos fatores, uma nova matéria-prima ou um novo mercado para recuperar sua vitalidade. Também é importante notar o desenvolvimento de novas linhas de produtos que criam as necessidades de mercado através da implementação de novas “indústrias de ponta”, bem como a necessidade de conquistar novos mercados, novas fontes de fornecimento e financiamento, cada vez mais financeirizado<sup>27</sup>.

A Sociedade Anônima Gigante é o vértice onde o excedente crescente se estagna no capitalismo monopolista<sup>28</sup>. A luta contra essa tendência é protagonizada pelo novo dirigente capitalista que se mune da posição privilegiada em seu mercado e da renovação do imperialismo, que oportunizava algumas saídas para expansão geográfica de seus negócios, abrindo uma fase sistêmica superior<sup>29</sup>.

<sup>24</sup> EARLEY, J. Coment. Papers and Proceedings. *American Economic Review*, [s. l.], v. 47, p. 334, 1957.

<sup>25</sup> BARAN; SWEEZY, 1966.

<sup>26</sup> COGGIOLA, O. *As Grandes Depressões (1873-1896 e 1929-1939): Fundamentos Econômicos, Consequências Geopolíticas e Lições para o Presente*. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>27</sup> HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

<sup>28</sup> BARAN; SWEEZY, 1966.

<sup>29</sup> LENIN, V. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 2013.

Analisando mais especificamente o nosso objeto, iniciamos o nosso recorte cronológico com o estabelecimento de um conjunto de regras previsíveis e conhecidas para a constituição de sociedades anônimas no país. Após duas décadas de liberalização, desenvolvimento real, mas também alguma dose de especulação, com o direito a disjunção nas normas legais e regulamentos e disputa por prerrogativas quanto a regulamentação e controle das sociedades anônimas por diferentes pastas ministeriais, já era pacificado, no limiar do século XIX, as questões fundamentais para o estabelecimento, união/atração de capitais, coordenação administrativa, política empresarial e societária, além dos limites e possibilidades das gestões por grandes empresas que tomavam a forma de sociedades anônimas.

Segundo Levy<sup>30</sup>, para tanto, foi fundamental a consolidação produzida por Agapito Dídimo da Veiga e aplicada pelo Executivo Federal, ao longo da década de 1890. Os quatro preceitos básicos que vigoraram em matéria de sociedades anônimas, ao longo de quase cinquenta anos, no Brasil foram: “a) a divisão do capital social em ações; b) a responsabilidade do acionista, limitando-a ao valor da entrada feita; c) a administração por meio de mandatários revogáveis ad nutum; d) finalmente, a máxima publicidade dos atos da Constituição e da vida da sociedade”<sup>31</sup>.

Embora fosse, em seu espírito, liberal como as reformas desde a década de 1880, a consolidação das leis sobre as sociedades anônimas<sup>32</sup> produziu um ambiente conservador para o levantamento de capitais no país, mas contribuiu - pelo próprio caráter que já deslindamos sobre a forma das sociedades anônimas - para o avanço do capitalismo monopolista, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Os mecanismos mais efetivos da legislação que sobreveio durante o nosso recorte condicionaram a prevalência das Sociedades Anônimas Gigantes da/na capital do país, especialmente aquelas que consubstanciavam o capital financeiro – indústrias ou serviços de capacidade industrial unidos aos bancos.

A legislação brasileira, ao mesmo passo que embarreirava pequenos negócios de captarem investidores neste modelo, consignava expressivo poder aos acionistas majoritários à frente da gestão e na fiscalização das SAs. Pouco restava aos acionistas minoritários – que ainda viam seus dividendos taxados em 2.5% – e eram insuficientes os instrumentos de fiscalização, controle e intervenção pelo Estado.

<sup>30</sup> LEVY, 1994.

<sup>31</sup> LEVY, 1994, p. 178.

<sup>32</sup> BRASIL. *Coleção das Leis da República do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891-1914.

## ANTES DA REFORMA E DO PORTO. AS SAS DAS INDÚSTRIAS E DAS FINANÇAS

As SAs puderam se tornar gigantes na capital do Brasil devido à construção histórica de fatores e fenômenos que, por um lado, foram condições fundamentais para sua existência e funcionamento; e, por outro, desenrolaram-se num processo histórico em que essas próprias empresas demandavam e tomavam parte dos mesmos. A começar pela própria capitalidade do Rio de Janeiro, primeiro e incontestado centro urbano, administrativo, político, comercial e porto do país, desde a sua Independência; mas, em nosso recorte e para os nossos objetivos nesse artigo, esses fatores foram suplementados pelo pioneiro processo de industrialização brasileira, sendo esta perene e sustentada por capitais financeiros.

As primeiras Sociedades Anônimas Gigantes firmaram-se no Rio de Janeiro, portanto, antes mesmo do raiar do século XX, foram indústrias, bancos e concessionárias de serviços públicos. Tinham sede e instalações no Rio de Janeiro, mas não só, em muitos casos sediavam-se na capital, operando unidades produtivas fora desta; em outros, estavam sediadas no exterior, com capitais registrados em moeda estrangeira e diretoria residente em Londres, Paris e Nova Iorque, mas realizavam serviços e/ou produziam em fábricas nesta cidade. Essas empresas constituíram forças sociais que apelaram pelas reformas urbanas, atuaram (e lucraram) na realização das mesmas e gozaram dos seus resultados, bem como da maior obra pública do país, até então, a construção do Porto do Rio de Janeiro<sup>33</sup>.

Os resultados do primeiro Censo Industrial do Brasil<sup>34</sup>, há muito analisados, demonstram uma realidade insofismável: a cidade do Rio de Janeiro era a maior concentração industrial do país, guardava o maior número de estabelecimentos no geral, num exíguo território e muito centralizadamente no seu perímetro urbano; exibia uma variedade de empresas inigualável, tanto por ser o mais completo parque industrial em termos de ramos e atividades, quanto em seu mais complexo e sofisticado polo de produção fabril, que convivía com pequenas manufaturas, quase artesanais.

<sup>33</sup> MANTUANO, T. *A Construção do Porto do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Financeiro e Industrial*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

<sup>34</sup> Coleta voluntária de informações realizada pelo Centro Industrial do Brasil, uma associação de classe nacional que congregava industriais de todo país, embora especialmente concentrada no Rio de Janeiro e em São Paulo. Para uma análise mais completa sobre esse levantamento ver: BARRETO, G. *A perda da hegemonia industrial do Rio de Janeiro (1907-1939)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

**Tabela 1: 100 maiores empresas industriais do Brasil - Nacional e Capital Federal (1907)**

Brasil				
Estabelecimentos	Operários	Capital Empregado	Valor da Produção	Potência (Em C. V.)
100	51.850	298.548:000\$000	267.998:000\$000	39.500
Rio de Janeiro				
Estabelecimentos	Operários	Capital Empregado	Valor da Produção	Potência (Em Cavalos)
28	15.824	122.719:000\$000	110.296:000\$000	18.694

Fonte: CIB, 1909.

Não é de se espantar que boa parte dessas indústrias fossem de capital estrangeiro ou de capital nacional de propriedade de estrangeiros. Principal ponte de ligação do país ao mercado mundial, a industrialização carioca acelerava a transição brasileira para esta nova fase do capitalismo<sup>35</sup>, exercia força centrípeta de capitais com tendência à concentração e com força para centralização produtiva em diversos setores, subsetores, ramos e atividades econômicas, fazia desenvolver as forças produtivas, mas de forma dependente. Os instrumentos do imperialismo funcionavam de forma azeitada na cidade, mesmo antes das reformas e da construção do porto; com estas, o Rio de Janeiro atraiu mais capitais, seja no crescimento de empresas que já estavam instaladas na cidade, mas também coma constituição de novas<sup>36</sup>.

Os investimentos capitalistas no Rio de Janeiro já alimentavam, há décadas, as potências centrais<sup>37</sup>. Então, por que mudar radicalmente a sua feição e infraestrutura urbana? Se esta lógica já estava assentada na “cabeça urbana do país”, por que transformar o mapa da cidade, suas posturas e edificações? Por que construir um novo porto no coração comercial do país? A realidade é que a operação portuária, a existência material, viária e as condições sanitárias da cidade constituíam-se em obstáculos para que houvesse um novo salto na acumulação que já tinha cariz capitalista, financeirizada e altamente penetrante no setor de transformação<sup>38</sup>. Filhas diletas do avanço das forças produtivas com a conservação da forma urbana, estas contradições faziam o “aspecto” da cidade parecer anacrônico com sua relevância econômica e política<sup>39</sup>.

<sup>35</sup> FONTES, V. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.

<sup>36</sup> HONORATO, C. T.; MANTUANO, T. *Escritos Sobre História Urbano-Portuária do Rio de Janeiro (1850-1920)*. Niterói: POLIS-UFF / PPGH-UFF, 2024.

<sup>37</sup> CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

<sup>38</sup> ABREU, M. de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>39</sup> BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

O “custo da cidade” afetava o funcionamento das empresas comerciais, de serviços e industriais não só pela pressão salarial<sup>40</sup>, mas também o próprio solo urbano era valorizado, o que se agravou com a elevação dos impostos durante as reformas urbanas. Afinal, tratava-se de uma cidade densamente ocupada por indústrias, aliás, grandes indústrias, de pulsão monopolista, em posição estratégica na principal cidade, porto, mercado consumidor e de trabalho do país, é evidente que estas vantagens custariam caro.

No entanto, estes benefícios compensavam, de longe, os custos. A cidade que já acolhia um movimento alentado de acumulação de capitais ao longo do século XIX, na virada do século XIX para o XX viu o cariz destes capitais mudarem: do capital comercial ao capital financeiro e industrial<sup>41</sup>. As intervenções urbanas feitas ao longo século XX não foram para “tirar a cidade do atraso”, mas sim para que a operação portuária e estrutura urbana se adequassem ao dinamismo e vitalidade de suas capacidades produtivas já instaladas e em pleno funcionamento<sup>42</sup>. Em suma, para que o porto, a viação, os serviços, as condições sanitárias etc. fossem condizentes ao padrão de acumulação já vigente e “liberassem” as suas potencialidades produtivas.

Urgia, então, avançar no processo de monopolização da cidade, desdobramento mais comum da transição do capitalismo comercial ao industrial e financeiro em urbanizações havidas no capitalismo dependente<sup>43</sup>. Isto se deu, inequivocamente, em nosso recorte, com os serviços públicos urbanos, já que o setor de transformação havia se adiantado desde a década de 1880. Tratava-se, então, não só de conferir monopólios formais a algumas empresas de utilidade pública, isto já existia, mas entregar estes a – ou fazer das empresas já existentes – colossos financeirizados que empurrassem a cidade no sentido planejado para adequá-la aos novos requisitos da reprodução ampliada do capital<sup>44</sup>.

Os serviços financeiros, como demonstramos no primeiro capítulo, não só estavam absolutamente concentrados, mas eram decididamente entregues ao capital estrangeiro. A tabela 2 exprime as carteiras de alguns bancos na praça do Rio de Janeiro.

<sup>40</sup> LOBO, E. M. L. et al. Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, out./dez. 1973.

<sup>41</sup> LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

<sup>42</sup> HONORATO, C. Revisitando um Velho Tema: As Reformas Urbanas do Rio de Janeiro no início do Século XX (1902-1910). In: CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. (Orgs.). *Dimensões do Empresariado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

<sup>43</sup> CASTELLS, M. *La Cuestión Urbana*. México: Siglo Veintiuno, 1972.

<sup>44</sup> LEVY, M. B. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.



A realidade é que, assim como o banco do governo, as instituições financeiras mais importantes a operar no país estavam sediadas no Rio de Janeiro, sendo três inglesas e uma alemã. Segundo Grahan, naquele momento “os bancos britânicos possuíam 30% do total dos ativos de todos os bancos e 57% dos ativos dos bancos estrangeiros no Brasil.”<sup>45</sup>

Surgidas como bancos comerciais de correntistas estrangeiros ou brasileiros com negócios no exterior, nomeadamente como intermediários financeiros dos negócios de importação e exportação, desde 1863, quando da instalação do London & Brazilian Bank<sup>46</sup>, em nosso recorte os bancos estrangeiros já financiavam iniciativas empresariais – indústrias, mas especialmente aquelas de serviços urbanos e ao complexo agroexportador – tomando parte em seus conselhos, especialmente nos fiscais. Embora não fosse uma exclusividade da banca forânea, os bancos ingleses e o banco alemão tinham especial propensão a conceder empréstimos diretamente ou intermediar com seus correspondentes fundadores no centro do capitalismo, além de apresentar títulos, às empresas de sua nacionalidade com atuação no Rio de Janeiro ou aqui fundadas por seus compatriotas.

**Tabela 2: Alguns bancos em funcionamento no Rio de Janeiro (1910)**

Bancos	Disponibilidades em suas Carteiras
Banco do Brasil	273.379:795\$205
British Bank of South America	63.399:896\$886
London & Brazilian Bank	48.200:743\$190
London & River Plate Bank	22.378:731\$040
Brasilische Bank fur Deutschland	49.527:816\$157
Banco Commercial do Rio de Janeiro	28.124:031\$996
Banco do Commercio	10.272:159\$546
Banco Español del Rio de la Plata	4.546:129\$333

Fonte: RC, 1910.

Legenda: Em amarelo: bancos nacionais; em vermelho: bancos ingleses;  
em azul: banco alemão; em laranja: banco espanhol.

## MAIS CAPITAIS PARA CAPITAL: RIO DE JANEIRO SOB SIGNO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

<sup>45</sup> GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil – 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, p. 102, 1973.

<sup>46</sup> GUIMARÃES, C. G. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial. Os casos da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012.

Pelo seu potencial, o Rio era cobiçado por capitalistas. No entanto, mesmo antes, mas também durante as reformas urbanas, por razões distintas, a cidade era vista por investidores como um mau local para se fazer negócios. No relatório anual do Conselho de Administração da moageira britânica The Rio Flour Mills and Granaries, em 1895, seu presidente adotava tom pessimista quanto a cidade: “O Rio não é um dos locais favoritos para os investimentos [...]”<sup>47</sup>. Quando da fase de incorporação da concessionária de serviços públicos, Rio Light, um diretor – Frederick Pearson – remetia ao chairman William Mackenzie: “Penso que essa turma do Rio é talvez a pior com que já tive que tratar qualquer coisa parecida com uma relação de negócios”<sup>48</sup>. O que estes capitalistas deviam pensar sobre a possibilidade de alocar seus recursos para uma transformação radical da infraestrutura urbana de uma cidade com este ambiente empresarial e institucional?

Podemos iniciar nossa análise a partir das companhias de serviços públicos, que estavam organizadas difusamente a partir de concessões feitas pelos diversos entes governamentais brasileiros para a exploração de estradas de ferro, transportes urbanos, iluminação pública, saneamento, fornecimento de gás, abastecimento de água, operação portuária, comunicações telefônicas e telegráficas, etc<sup>49</sup>. O Rio de Janeiro já era, no alvorecer do século XX, um lócus de investimentos privados em serviços públicos extremamente importantes. A capital brasileira atraía capitais nacionais e estrangeiros, em escala crescente e contribuindo para sua concentração. O seu tamanho enquanto mercado consumidor e de trabalho, a posição estratégica – tanto econômica, quanto política - e o dinamismo da economia do Distrito Federal garantiam perspectiva de lucros crescentes e expansão operacional<sup>50</sup>.

Em realidade, a intervenção dessas grandes empresas foi direta, transformando física e materialmente a cidade – exemplo concreto são os trabalhos de engenharia e arquitetura que erigiram a Avenida Central e sua edificação –; e indireta, delineando novos aspectos econômicos e introduzindo práticas sociais, constituindo assim uma nova urbanidade. A começar pelas relações sociais de trabalho que impunham, também colaboravam formando mercados, determinando novos gostos, padrões de qualidade e introduzindo inovações tecnológicas que ofereciam uma passagem para o futuro da vida na cidade. Este movimento

<sup>47</sup> GRAHAM, 1973, p. 153.

<sup>48</sup> WEID, E. von der; BASTOS, A. M. R. *O fio da meada: estratégia da expansão de uma indústria textil (1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / Confederação Nacional da Indústria, p; 54, 1986.

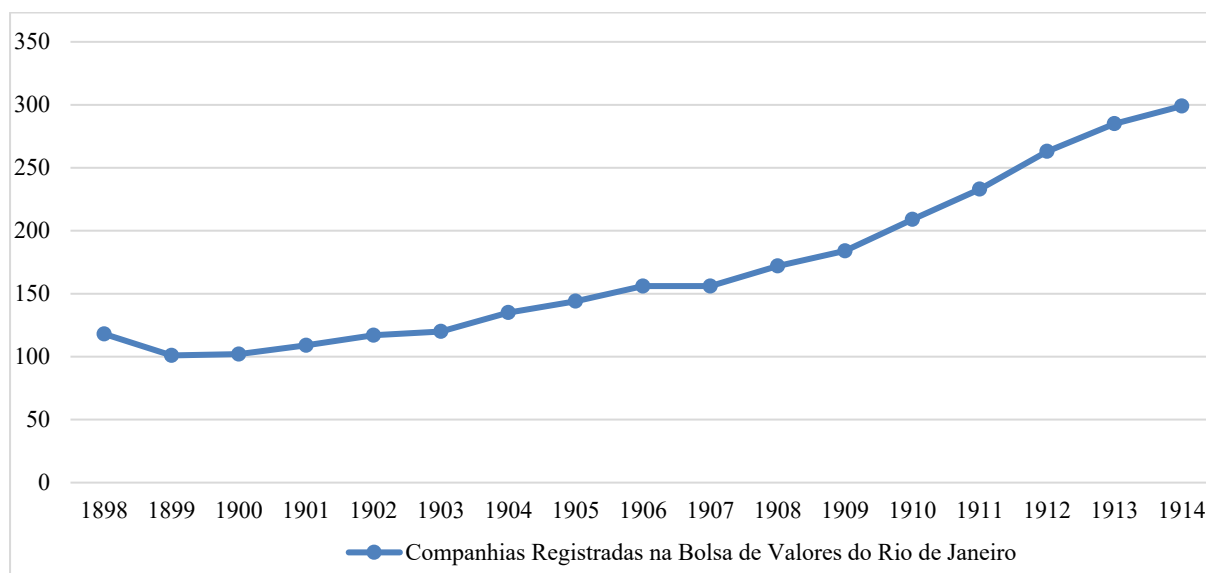
<sup>49</sup> SAES, F. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930. São Paulo: HUCITEC, 1986.

<sup>50</sup> LAMARÃO, S. T. Capital privado, poder público e espaço urbano: a disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002.

estabelecia critérios e normas tácitas para a vida urbana que afetavam as perspectivas do conjunto da população. As Sociedades Anônimas Gigantes foram precursoras em produzir este efeito sobre a cidade do Rio de Janeiro: da luz do cinematógrafo à cerveja mais leve e gelada, a pulsão monopolista moldou o “ser” carioca.

Como é possível perceber no Gráfico 1 e na Tabela 3, em nosso recorte cronológico houve uma inversão na tendência de estagnação do número de companhias registradas na bolsa de valores<sup>51</sup>, bem como deduzimos a progressão da acumulação nestas empresas pela distribuição de dividendos a seus acionistas. No entanto, o crescimento econômico foi muito mais acentuado do que a curva demonstra no gráfico e os lucros – devido à alta rentabilidade dos investimentos – eram mais pronunciados que a proporcionalidade de dividendos fazia supor. Acontece é que esses dados são evidências rebaixadas do real movimento da economia devido ao arcabouço jurídico-político adotado no pós-Encilhamento, principalmente pelos mecanismos para manutenção e crescente concentração através da contenção institucional da concorrência. Também deve ser sopesada a retenção dos excedentes nestas organizações – o que viabilizava fundos próprios visando investimentos que aprofundavam sua sobranceira posição de mercado.

**Gráfico 1: Companhias registradas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (1898-1914)**



Fonte: LEVY, 1977, p. 245.

<sup>51</sup> Majoritariamente sociedades anônimas, embora nem todas negociassem seus valores em mercado aberto e, também, nem todas as empresas registradas na bolsa fossem sociedades anônimas, pois era permitido emissão de debêntures e outras obrigações a sociedades em comandita.

Compulsando o relatório do Ministério da Fazenda para o ano de 1902 constatamos um levantamento sobre as companhias que distribuíram dividendos no Brasil. Com o fim de controlar para recolher os devidos impostos, a diretoria de estatística daquela repartição fiscal aferiu 60 sociedades anônimas que deveriam ser tributadas, das quais 51 estavam sediadas e/ou instaladas no Rio de Janeiro<sup>52</sup>. As sociedades anônimas arroladas distribuíram, em 1902, 21.830:836\$042; impressionantes 91% destes valores foram pagos por empresas que estavam sediadas e/ou instaladas na capital do Brasil. E mais, se segregarmos apenas aquelas 14 empresas que pagaram dividendos acima de 500:000\$000, veremos que essa pequena porção de SAs distribuíram 70.5% dos dividendos no Brasil; destas, apenas a Companhia de Tecidos Petropolitana – embora estivesse sediada e instalada no vizinho estado do Rio de Janeiro – não tinha sua diretoria ou instalações produtivas na capital.

Destas 51 SAs cariocas 17 eram indústrias. As demais eram empresas de serviços, sendo: financeiros, 20 SAs de bancos, seguradoras, cooperativa de crédito e loteria; e as demais tinham como objeto negócios nos ramos dos transportes (ferrovia, navegação, porto e carris urbanos, totalizando 12 empresas), comunicações (jornal) e serviços urbanos (saneamento). Em termos setoriais, considerando apenas os mais altos dividendos pagos por companhias cariocas (13), as instituições financeiras tomam menor parte (4), enquanto as indústrias (6) aparecem em maior quantidade e distribuindo valores maiores aos seus acionistas.

Persistindo nesta fonte, três casos especiais saltam aos olhos por distribuírem dividendos acima dos 1.000:000\$000 aos seus acionistas. Chama atenção o fato de que as duas empresas mais rendosas para os seus proprietários não eram bancos, nem estavam no ramo de transformação, apenas a terceira era uma SA fabril. Mais adiante, procuraremos expor de forma mais detida a Companhia Docas de Santos, a Companhia City Improvements e a Companhia Fiação e Tecidos Aliança.

**Tabela 3: Sociedades Anônimas que distribuíram dividendos no Brasil (1902)**

Sociedade Anônima	Dividendo
Companhia Docas de Santos	5.760:000\$000
Companhia City Improvements	1.423:448\$228
Companhia de Fiação e Tecidos Aliança	1.100:000\$000
Companhia Ferro-Carril do Jardim Botânico	840:000\$000
Companhia Luz Stearica	800:000\$000
Banco Commercial do Rio de Janeiro	710:544\$000
Companhia Progresso Industrial do Brasil	660:000\$000

<sup>52</sup> ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. *Almanaque Laemmert*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1902, 1909-1910.

Sociedade Anônima	Dividendo
The Rio de Janeiro Flour Mills & Granaries	629:095\$825
Companhia Fiação e Tecidos Confiança Industrial	600:000\$000
Companhia de Tecidos Petropolitana	600:000\$000
Banco do Commercio	599:530\$000
Companhia de Seguros Argos Fluminense	582:000\$000
Companhia de Seguros Previdente	580:000\$000
Companhia Fiação e Tecelagem Carioca	510:000\$000
Companhia Fiação e Tecidos Corcovados	495:000\$000
Companhia Estrada de Ferro Leopoldina	466:771\$200
Companhia de Seguros Confiança	360:000\$000
Companhia Matte Laranjeira	345:000\$000
Companhia de Loterias Nacionais do Brasil	318:810\$000
Companhia Fabrica de S. João	300:000\$000
Companhia de Seguros Sul America	296:010\$100
Companhia de Seguros Garantia	292:500\$000
The London & River Plate Bank Limited	270:000\$000
Companhia de Seguros Indemnizadora	230:000\$000
Banco da Lavoura e do Commercio do Brasil	226:923\$000
Companhia de Transporte e Carruagens	220:000\$000
Companhia Ferro-Carril de S. Christovão	180:000\$000
The British Bank of South America Limited	177:777\$780
Companhia Manufactora Fluminense	165:000\$000
Companhia de Seguros União dos Proprietarios	162:500\$000
Brasiliensche Bank für Deutschland	148:650\$000
Caixa Filial do London and Brazilian Bank	140:000\$000
Companhia Cantareira e Fiação Fluminense	133:681\$822
Companhia Ferro Carril Villa Isabel	120:000\$000
Companhia Fabrica de Tecidos S. Pedro de Alcantara	105:000\$000
Companhia de Seguros Lloyd Americano	100:000\$000
Companhia de Fiação e Tecidos S. Felix	99:000\$000
Banco dos Funcionarios Publicos	90:000\$000
Banco Rio e Matto Grosso	90:000\$000
Companhia Typographica do Brasil	88:273\$000
Companhia Nacional de Seguro Mutuo Contra Fogo	77:489\$767
Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira	60:000\$000
Companhia de Seguros Integridade	60:000\$000
Companhia Fiação e Tecelagem Industrial Mineira	60:000\$000
Companhia Cooperativa Militar do Brasil	52:800\$000
Companhia Brasileira de Alimentação	51:075\$000
Companhia de Seguros Vera Cruz	50:000\$000
Companhia de Fiação e Tecidos Magéense	40:000\$000
Empresa Esperança Maritima	40:000\$000
Companhia de Seguros União Commercial dos Varejistas	35:000\$000
Companhia Fabrica de Vidros e Crvstaes do Brasil	30:000\$000
Companhia União	30:000\$000

Sociedade Anônima	Dividendo
Companhia Navegação do Amazonas	23:985\$020
Companhia de Seguros Mercurio	22:500\$000
Campanha de Acidos	21:000\$000
Companhia de Seguros Prosperidade	20:000\$000
Companhia de Tecelagem Santa Luiza	18:000\$000
Companhia Braga Costa	18:000\$000
Sociedade Anonyma A Noticia	10:000\$000
Companhia Cooperativa Operaria Carioca	24:00\$000
<b>TOTAL</b>	<b>21.830:836\$042</b>

Fonte: BRASIL, 1903, p. 425.

Legenda: Em vermelho: sociedades anônimas que distribuíram dividendos acima de 1.000:000\$000;  
em azul: sociedades anônimas que distribuíram dividendos acima de 500:000\$000.

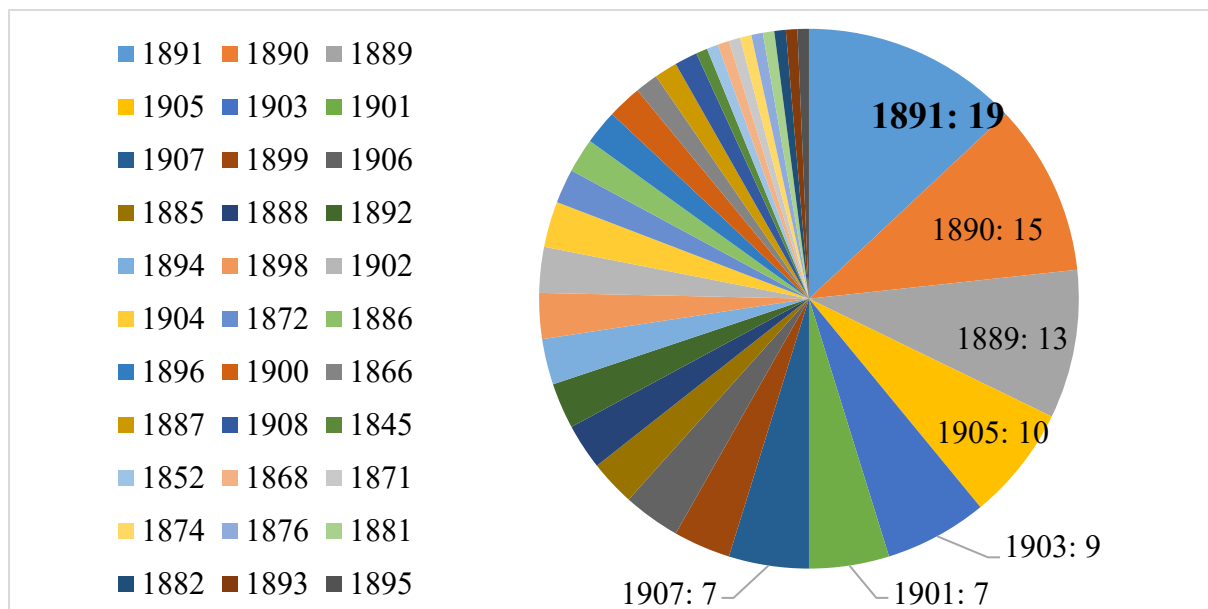
Algumas informações sobre o quadro empresarial que pesquisamos encontram-se no extenso levantamento publicado no *Brazilian Year Book*<sup>53</sup>. Este compêndio de informações econômicas e políticas sobre o Brasil arrolou, em 1909, todas as sociedades anônimas em atividade no país, discriminando a praça de registro, local de atuação, ano de fundação, capitais, diretorias, atividades econômicas que desempenhavam e mais informações da produção e situação financeira de 532 empresas. Destas, 169 estavam registradas com endereço administrativo e direção residente no Rio de Janeiro. Cremos que as informações arroladas podem ser tabuladas para produzir alguns dados estatísticos de interesse para um diagnóstico dos capitais sediados no Rio de Janeiro e em atividade na cidade.

A importância do Encilhamento e da década de expansão econômica que antecede a Grande Guerra está consignada nos anos de fundação das empresas registradas no Rio de Janeiro. Os três anos de maior recorrência na fundação das sociedades anônimas, levantadas no compêndio, se referem ao auge do Encilhamento, demonstrando que aquele momento foi muito além da mera especulação. Os anos de 1903, 1905 e 1907 também aparecem em destaque quanto as sociedades anônimas fundadas no Rio de Janeiro e me interessam especialmente, pois confirmam a ascensão dos capitais financeiro e industrial abrindo novos investimentos e explorações em todo país, especialmente na cidade. O clima de mudança e prosperidade voltou a se sentir com as perspectivas de crescimento econômico e melhorias materiais após a recessão criada na virada do século. A conjunção da construção do porto e reformas urbanas foi, por sua

<sup>53</sup> Publicada por Joseph Philip Wileman, editor de *Brazilian Review* desde 1898, que atuava como publicista dos interesses ingleses no Brasil, bem como carregava informações econômicas, políticas e sociais sobre o Brasil para os seus clientes britânicos. BETHELL, L. *Brazil by British and Irish Authors*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003.

vez, grande catalisador do maior dinamismo econômico que a fundação de empresas evidencia no período. Por outro lado, foi exatamente para dar emprego a esses capitais e criar condições para eles pudessem se multiplicar que o Estado encetou as transformações e melhorias que saltam aos olhos do pesquisador.

**Gráfico 2: Ano de Fundação das Sociedades Anônimas Registradas no Rio de Janeiro (1909)**



Fonte: WILEMAN, 1909.

Essas empresas estavam sediadas no Rio de Janeiro (147) ou no exterior (22), mas em ambos os casos com registro na junta comercial endereçado nesta praça. No entanto, nem todas tinham parte de sua produção na cidade. O Rio de Janeiro era a melhor praça para atrair capitais e apresentava a vantagem de ser o principal centro decisório do país, local onde estavam instaladas as principais instituições públicas, associações privadas e empresas. Das 147 empresas nacionais registradas no Rio de Janeiro, 39 tinham apenas escritórios aqui e desempenham suas atividades instaladas em outras cidades e regiões de todo país. Por outro lado, foram levantadas 58 empresas sediadas no exterior e com atuação autorizada no Brasil, das quais 22 tinham escritórios no Rio de Janeiro e, dentre essas, 18 estavam instaladas com suas atividades na cidade. Ou seja, quatro empresas não estavam nem registradas no Rio de Janeiro, nem desempenhavam suas atividades na cidade, apenas instalavam a sua representação na capital.

Quanto a origem dos capitais, 46.2% das sociedades anônimas arroladas com registro na cidade contavam com capitais estrangeiros, especialmente ingleses, mas também já apareciam com importância as empresas americanas, francesas e alemães, como se nota,



também, dentre as sociedades anônimas registradas fora do país, mas autorizadas a funcionar e com escritórios estabelecidos na capital.

Quanto a concentração de capitais, conforme se vê no Quadro 1, apenas 18 companhias brasileiras e com sede na capital ultrapassavam a barreira dos 10.000:000\$000. Estas SAs somavam 437.700:000\$000, ou seja: 12.2% das companhias concentravam 67% do capital acumulado por sociedades anônimas nacionais e com capitais registrados em mil réis no Rio de Janeiro – 653.200:000\$000.

Do quantitativo geral de companhias (169) registradas na cidade: 6.8% se dedicavam ao setor primário, especialmente usinas de açúcar e colonização; 45.8% desempenhavam suas atividades principais no setor secundário, com destaque para as empreiteiras e têxteis; já o terciário representavam 47.2%, especialmente os bancos e as companhias de serviço públicos; já quanto às maiores, 8 estavam entregues aos serviços financeiros e 7 se dedicavam aos transportes, o que revela a estrutura dependente da economia brasileira e a crescente financeirização de suas relações econômicas. Destas 18 com maior capital registrado, apenas 3 eram indústrias de transformação – duas empreiteiras e uma têxtil.

Quanto as companhias registradas no exterior e autorizadas a operar no Rio de Janeiro, embora fossem empresas de constituição mais longeva, o que se prova pelas datas de fundação mais dispersas ao longo da segunda metade século XIX, estas características típicas das maiores companhias aqui registradas se repetem, sendo especialmente verdade quanto a concentração de capitais. Como se vê no Quadro 2, destas 22 companhias, apenas 4 não ultrapassavam a barreira dos 1 milhão de libras de capitais; estas 22 empresas totalizavam 22.260.000 libras, 128.750.000 dólares, 52.000.000 de francos e 100.000.000 de marcos em capitais. Quanto a origem: 12 estavam sediadas na Inglaterra, 5 no Canadá ou Estados Unidos, 3 na França e 2 na Alemanha. Em termos setoriais, 81.8% desempenhavam suas atividades no setor secundário, novamente bancos e transportes estavam na dianteira.

Nos dois quadros aparecem conhecidos nomes de capitalistas e investidores na condição de principais responsáveis por cada uma daquelas empresas: Robert Benson, Candido Gaffrée, Eduardo Palassim Guinle, David Davies, Frederick Pearson, Carlos Sampaio, Percival Farquhar, Edward Jhonston, Hector Legru, Manoel Buarque de Macedo e outros são mostras sobressalentes da classe dominante enquanto dirigentes empresariais.

O leitor mais atento já deve ter constatado que a maior sociedade anônima brasileira era uma empresa sediada no Rio de Janeiro, mas com atividade-fim fora da cidade. Tratava-se da

gigante Companhia Docas de Santos, detentora da mais vultosa concessão pública do país. Durante todo período da Primeira República, por se tratar do maior porto exportador brasileiro (em volumes e valores) e principal escoadouro do café – primeiro produto da pauta de exportações brasileiras – a Companhia Docas de Santos foi a maior empresa privada do país. Apesar de operar no estado de São Paulo e atender interesses econômicos da capital paulista, foi fundada por capitais e era dirigida por um grupo de empresários cariocas, com íntimas relações com o Governo Federal.

Embora tivesse capitais fixados em 95.000:000\$000 (1909), demonstrava em seu relatório ativos em 185.123:648\$339 (1907) e sustentava-se lucrativamente sem garantias de juros fornecidas pelo Governo Federal, especialmente pela monopolização de uma extensa gama de serviços portuários, às embarcações e às ferrovias que recebia em seu cais. Também contava em suas receitas com o fornecimento urbano dos excedentes de suas capacidades de compra e produtivas – especialmente, enquanto empreiteira e geradora/distribuidora de energia elétrica<sup>54</sup>.

Já ao final do nosso recorte, estava instalada no seu imponente palacete na Avenida Central (Imagem 1), em que abrigava não só a companhia portuária, mas os escritórios administrativos e de representação comercial de outras empresas dos seus proprietários, as quais não necessariamente se situavam na capital ou nas suas freguesias urbanas. São exemplos as comanditas para administração de fazendas, a importadora Gaffrée & Guinle, a firma que detinha a representação da General Eletric no Brasil (Aschoff & Guinle), e as sociedades anônimas da fábrica de fósforos de segurança – Companhia Cruzeiro –, a Companhia de Navegação Cruzeiro do Sul e a própria Companhia Brasileira de Energia Elétrica<sup>55</sup>.

<sup>54</sup> HONORATO, C. *O Polvo e o Porto: A Cia Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

<sup>55</sup> ALMANAK, 1910.

Imagem 1: Edifício da Companhia Docas de Santos (1906 circa)



Fonte: FERREZ, 1906 circa.

Outro colosso privado brasileiro foi constituído nos esgotos cariocas. O serviço de saneamento da cidade já era concedido, desde 1862, a uma companhia britânica originalmente financiada pela casa bancária Gleenand Mills e fundada pelo Barão de Mauá, a Rio de Janeiro City Improvements. A City ostentava, no nosso recorte, um capital de 1.250.000 libras. A qualidade dos serviços oferecidos pela empresa britânica fazia jus aquilo que deveria recolher. A rede de esgotos carioca beneficiava somente uma parte da cidade e eram operados sob condições técnicas que deixavam muito a desejar. O contrato era tido como abusivo, mas os britânicos faziam pressão para sua inovação, com permissão para expansão dos serviços. Este contrato foi, finalmente, renovado pelo decreto 3.540<sup>56</sup>, onde o governo cedia melhores taxas para companhia e garantia ampliação do serviço, mas exigia revisão da antiga infraestrutura e mais investimentos.

<sup>56</sup> BRASIL. *Coleção das Leis da República do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898

Apesar dos expressivos dividendos pagos – 1.423:448\$228 – e remetidos aos proprietários em sua sede, Londres, e após 40 anos de concessão, apenas em 1906 a empresa inaugurava o primeiro trecho do sistema de separação de esgotos e águas pluviais. Em realidade, o que havia era a protelação de investimentos para expansão e aperfeiçoamento dos serviços de drenagem e coleta de esgotos, além da negação de medidas para melhoria e maior frequência na manutenção de sua obsoleta rede de canais e galerias<sup>57</sup>.

Abordemos então um subsetor especial da indústria de transformação. Alguns ramos do parque fabril carioca tinham pronunciada pulsão monopolista. Embora não alcançassem predomínio sobre o mercado, buscavam conviver em acordo com a concorrência. A indústria têxtil estava concentrada em nove indústrias gigantes<sup>58</sup>. Estas companhias perfaziam 62.6% dos capitais das 28 indústrias do Distrito Federal entre as 100 maiores do Brasil, bem como 27.3% do valor da produção e 65% dos trabalhadores destas maiores empresas industriais cariocas (CIB, 1909). Salta aos olhos o caso da Companhia Aliança Fiação e Tecidos que, em 1902, distribuiu 1.000:000\$000 aos seus proprietários luso-brasileiros. Segundo o Censo Industrial, a fábrica da Aliança, na freguesia de Laranjeiras, possuía 2189 cavalos vapor de força, produzindo 13.125.980 metros de tecidos de algodão por ano e empregando 1650 operários.

As ferrovias estão ostensivamente presentes nas principais fontes em nossa pesquisa. Destaca-se a The Leopoldina Railway Company, maior empresa estrangeira instalada no país, com capitais em 6.820.000 libras e sediada em Londres. A Leopoldina fornecia a principal ligação terrestre entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, praticando as mais altas tarifas do mercado<sup>59</sup>. Segundo dados do primeiro Censo Industrial do Brasil, a estrada de ferro dos ingleses possuía a maior extensão dentre as ferrovias brasileiras (2467 quilômetros), o que, segundo Carvalho<sup>60</sup>, ocorreu por uma série de aquisições e incorporações de outras ferrovias nas décadas de 1870 e 1880, especialmente em Minas Gerais. Ademais, a Leopoldina apresentava receitas superiores às despesas em 6.605:867\$750, transportando 2.876.355 passageiros e 585.115 toneladas de carga, no ano de 1906<sup>61</sup>.

<sup>57</sup> MARQUES, E. C. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, 1995.

<sup>58</sup> WEID; BASTOS, 1986.

<sup>59</sup> SIQUEIRA, E. *Resumo Histórico de The Leopoldina Railway Company, Limited*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Carioca, 1938.

<sup>60</sup> CARVALHO, A. S. O novo mapa da Estrada de Ferro Leopoldina. *Terra Brasilis*, [s. l.], n. 15, 2021.

<sup>61</sup> CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. Censo Industrial do Brasil (1907). In: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil: Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas M. Orosco & C., 1909.

Quadro 1: Sociedades Anônimas registradas com sede na Praça do Rio de Janeiro (1909)

Sociedades Anônimas Registradas no Rio de Janeiro	Fundação	Sector da Economia	Presidente ou Cargo Análogo	Capital (1909)	Endereço(s) do(s) Escritório(s)
Companhia Docas de Santos	1892	Terciário	Candido Gaffrée e Eduardo P. Guinle	95.500:000\$000	Avenida Central, 46
Banco do Brasil	1905	Terciário	Ubaldo do Amaral Fontoura	70.000:000\$000	Rua da Alfandega, 9
Empresa de Obras Publicas do Brazil	1891	Secundário		60.000:000\$000	Rua do Hospicio, 60
Cessionária das Docas do Porto da Bahia	1907	Terciário	Augusto José Ferreira	50.000:000\$000	Rua da Quitanda, 83
Banco Rural e Hypothecario	1852	Terciário		20.000:000\$000	Rua Primeiro de Março
Alliança Fiação e Tecidos	1880	Secundário	Joaquim C. de Oliveira Silva	14.000:000\$000	Rua de São Pedro, 26
Ferro Carril do Jardim Botânico	1868	Terciário	Arthur Getúlio das Neves	14.000:000\$000	Rua do Catete, 239
Novo Lloyd Brasileiro	1903	Terciário	Manoel Buarque de Macedo	13.500:000\$000	Rua da Saúde, 14
Caixa Geral das Famílias	1881	Terciário	Marcos Inglez de Souza	10.700:000\$000	Avenida Central, 87
Banco Brazil e Norte América	1890	Terciário		10.000:000\$000	Rua do Hospício, 38
Banco Commercial do Rio de Janeiro	1866	Terciário	José Rodriguez Peixoto	10.000:000\$000	Rua Primeiro de Março
Banco do Commercio	1874	Terciário	Conde de Avellar	10.000:000\$000	Rua General Camara, 5
Banco Iniciador de Melhoramentos	1891	Terciário		10.000:000\$000	Rua da Quitanda, 76
Banco Metropolitano do Brazil	1891	Terciário		10.000:000\$000	Rua do Rosario, 40
Companhia Cantareira e Viação Fluminense	1889	Terciário	Visconde de Moraes	10.000:000\$000	Praça XV, 3
Estrada de Ferro de Goyaz	1908	Terciário	João Teixeira Soares	10.000:000\$000	Rua da Alfandega, 2
Estrada de Ferro Noroeste do Brazil	1904	Terciário	João Teixeira Soares	10.000:000\$000	Rua Primeiro de Março
Saneamento do Rio de Janeiro	1889	Secundário		10.000:000\$000	Rua dos Invalidos, 24

Fonte: WILEMAN, 1909; ALMANAK, 1909-1910; BRASIL. DOU, 1909-1910, várias edições.

Legenda: Em amarelo: empresas no setor secundário; em azul: empresas no setor terciário.

**Quadro 2: Sociedades Anônimas registradas no exterior e autorizadas a funcionar no Rio de Janeiro (1909)**

Sociedades Anônimas Registradas no Exterior	Fundação	Setor da Economia	Presidente ou Cargo Análogo	Capital (1909)	Matriz	Endereço(s) do(s) Escritório(s) no Rio de Janeiro
The Leopoldina Railway Company	1897	Terciário	Robert H. Benson	6.820.000	Londres	Rua da Glória, 36
Ocean Coal and Wilson's	1864	Secundário	David Davies	3.000.000	Londres	Rua de São Pedro, 2
Western Telegraph Company	1873	Terciário	J. Wolfe Barry	2.500.000	Londres	Rua da Candelária, 9
London and Brazilian Bank	1862	Terciário	John Beaton	2.000.000	Londres	Rua da Candelária
London and River Plate Bank	1862	Terciário	E. Ross Duffield	2.000.000	Londres	Rua da Alfandega, 19 e 21
The British Bank of South America	1863	Terciário	H. K. Brodle	1.800.000	Londres	Primeiro de Março, 31
Great Western of Brazil Railway Company	1872	Terciário	Jason Rigby	1.250.000	Londres	Rua da Alfandega, 28
Rio de Janeiro City Improvements Company	1862	Terciário	H. C. Gibbs	1.250.000	Londres	Rua de Santa Luzia, 37
Amazon Steam Navigation Company	1872	Terciário	B. Byrne	1.000.000	Londres	Rua de São Pedro, 90
Crown Cork Company	1897	Terciário	S. G. B. Cook	340.000	Londres	Rua dos Inválidos, 24
Henry Rogers, Sons and Company of Brazil	1908	Secundário	A. C. Twentyman	200.000	Wolverhampton	Rua General Camara, 76
E. Johnston & C.	1906	Terciário	Edward Johnston	100.000	Londres	Rua de São Pedro, 62

Sociedades Anônimas Registradas no Exterior	Fundação	Setor da Economia	Presidente ou Cargo Análogo	Capital (1909)	Matriz	Endereço(s) do(s) Escritório(s) no Rio de Janeiro
Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company	1904	Terciário	Frederick Pearson	31.250.000	Toronto	Avenida Central, 76 a 78
Brazil Railway Company	1906	Terciário	Carlos Sampaio	40.000.000	Maine	Avenida Central, 58
Singer Sewing Machine Company	1873	Secundário	Douglas Alexander	30.000.000	Nova Iorque	Rua de São Luiz Gonzaga, 17
Port of Pará	1906	Terciário	Percival Farquhar	17.500.000	Maine	Avenida Central, 58
Sorocabana Railway Company	1907	Terciário	Hector Legru	10.000.000	Maine	Avenida Central, 58
Banque Belge Prets Fonciérs	1900	Terciário	Leon Nauweloerts	25.000.000	Antuérpia	Rua da Alfandega, 42
Crédit Foncier du Brésil	1906	Terciário		25.000.000	Paris	Rua do Hospício, 29
Lorilleux & C.	1880	Secundário	Gabriel A. J. Quarry	2.000.000	Paris	Avenida Central, 60
Siemens Schukertwerke	1903	Terciário	Alfred Berliner	90.000.000	Berlim	Avenida Central, 79
Brasilianische Bank Fur Deutschland	1887	Terciário	M. Schinkel	10.000.000	Hamburgo	Rua da Quitanda, 109

Fonte: WILEMAN, 1909; ALMANAK, 1909-1910; BRASIL. DOU, 1909-1910, várias edições.

Legenda: Em amarelo: sediadas na Inglaterra; em azul: sediadas na América do Norte; em rosa: sediadas na França; em verde: sediadas na Alemanha.



Note-se que duas instituições que tomamos por empresas públicas – a Estrada de Ferro Central do Brasil e os Correios e Telégrafos – não estão presentes no levantamento do *Brazilian Year Book*. Naquele momento, ambos eram regulamentados como serviços autárquicos do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Também é digno de nota que estavam sediadas no Rio a maior instituição financeira brasileira – o Banco do Brasil – e a maior empresa de cabotagem nacional – o Lloyd Brasileiro –, ambas sociedades anônimas de majoritariamente do Estado Nacional que constam com expressivo capital, conforme arrolado por Wileman.

Por fim, os dados deste levantamento colocam em relevo a importância da exploração dos serviços públicos para acumulação de capitais e desenvolvimento das forças produtivas no Rio de Janeiro. Face a isto, é impossível não citar a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power. A trajetória da primeira década da Rio Light exemplifica, em muitos aspectos, o que temos apresentado até aqui, tendo repercussões diretas em nosso objeto: ao mesmo tempo em que a sua constituição foi o resultado mais ostensivamente visível da atração de mais capitais que as reformas urbanas propiciaram ao Rio de Janeiro<sup>62</sup>; esta empresa se tornou fornecedora de força, luz e gás para todas as indústrias na cidade, bem como fornecia a iluminação dos logradouros públicos, tornando a Prefeitura do Distrito Federal um dos seus principais clientes. Ademais, logo que o porto foi industrializado, era óbvio o resultado: a Rio Light não foi apenas fornecedora de energia e transporte de cargas aos trabalhos de construção do porto, como também atuou na eletrificação do cais e dos terrenos acrescidos com a obra, e a própria companhia arrendatária do porto passou a ser uma de suas maiores clientes<sup>63</sup>.

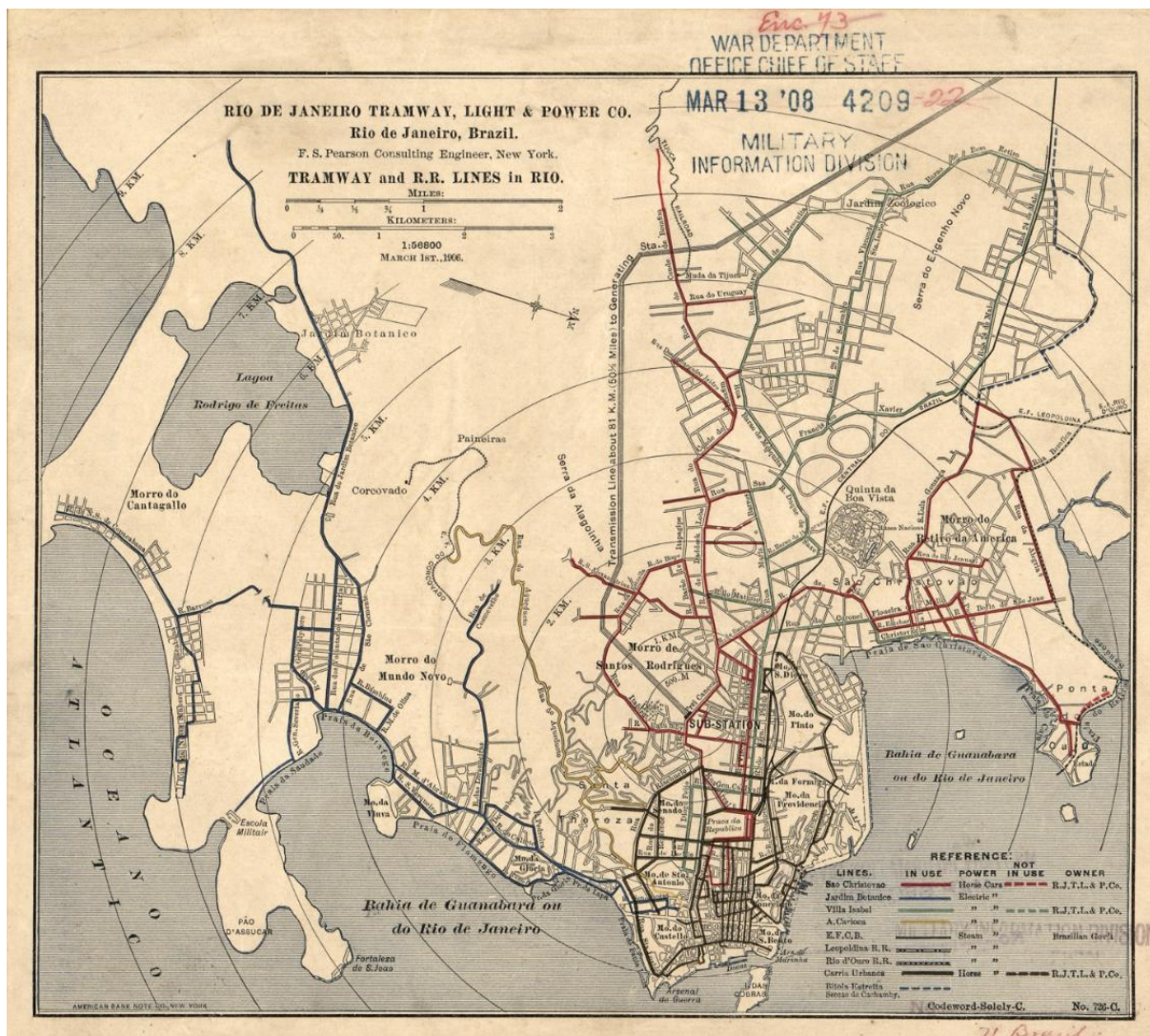
A empresa foi incorporada no Canadá, em 09 de junho de 1904, primeiramente intitulada de Rio de Janeiro Light and Power Company e, posteriormente, Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company. Nasceu gigante, exibiu um capital social fixado em até \$ 25.000.000, dos quais 20% foram distribuídos a uma intermediária financeira - a Brazilian Securities Company, também sediada no Canadá, sob o guarda-chuva do National Trust Company – para colocação no mercado; e \$ 4.000.000 foram atribuídos a um grupo de fundadores que a controlariam como diretores, sendo também diretores do National Trust

<sup>62</sup> WEID, E. von der. A Reforma Urbana e a Light: uma revolução na cidade. Rio de Janeiro, início do século XX. *História Econômica e História de Empresas*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 65-85, 2003.

<sup>63</sup> MANTUANO, 2022.

Company. Desta primeira direção da Rio Light, se destacavam o chairman William Mackenzie e o diretor-presidente Frederick Pearson<sup>64</sup>.

**Mapa 1: Linhas de Bondes da Rio Light no Rio de Janeiro (1906)**



Fonte: RJTLPC, 1906.

Alguns números da escala industrial de serviços fornecidos pela Rio Light nos primeiros dez anos de suas operações na capital do Brasil: a hidrelétrica de Lajes, quando concluída, em 1908, já possuía capacidade instalada para 52.000 cavalos de força, passando para 84.000, em

<sup>64</sup> WEID, E. von der. *Chegada e expansão da Light no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa: 7 Letras, 2017. LOBO; LEVY, M. B.; LOBO, E. M. L. (Orgs.). *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008.

1913, o que alimentava 683.937 lâmpadas incandescentes<sup>65</sup>; em 1905, antes de serem unificados pela Light, os bondes do Rio de Janeiro transportavam 110.570.927 viagens de passageiros divididos por seis empresas (Mapa 1), dez anos após, em 1915, unificados pelo colosso de serviços carioca, transportavam 198.508.100 viagens de passageiros<sup>66</sup>; quando a Light adquiriu a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro a capacidade de fornecimento da empresa era de 22.670 metros cúbicos de gás, seis anos depois chegava a 32.758 metros cúbicos; quando comprou a companhia telefônica, em 1907, o Rio de Janeiro tinha 2.680 clientes públicos e privados da telefonia, seis anos após passavam a fazer uso do serviço 11.379 clientes<sup>67</sup>.

As empresas da Light no Rio de Janeiro e em São Paulo empolgaram o grupo Pearson, pois eram as mais extensas e monopolísticas, sendo que estes possuíam empresas de bondes no México, Caribe e Barcelona. Em 1912, foi decidido unificar os empreendimentos no país em uma grande *holding* com vistas a melhor controlar o capital acionário, ganhar mais fôlego nos mercados financeiros, flexibilizar a gestão das subsidiárias e potencializar seu poder de fogo político. Assim nascia a Brazilian Traction, Light and Power Company, o capital autorizado era de 120.000.000 de dólares, dos quais 72 milhões remunerariam os sócios da Rio Light 27,5 milhões caberiam aos sócios da São Paulo Light, e 5 milhões aos sócios da São Paulo Electric. O grande colosso de serviços públicos no Brasil registrou receitas brutas, em 1913, no montante de 11.266.138 dólares, dos quais 185.495 dólares foram pagos em dividendos nas diversas praças em que a empresa distribuía suas ações, o restante engrossou o fundo de investimentos da companhia<sup>68</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo, esperamos subsidiar o leitor com evidências sobre a formação, atuação e interesses de empresas monopolistas na capital da República, em seu alvorecer. Procuramos

<sup>65</sup> LOBO; LEVY, 2008, p. 104.

<sup>66</sup> SANTOS, F. A. N. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro: História e Legislação*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, p. 292, 1934.

<sup>67</sup> LOBO; LEVY, 2008, p. 105.

<sup>68</sup> WEID, E. von der. *Chegada e expansão da Light no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa: 7 Letras, 2017. MCDOWALL, D. *Light: A História da Empresa que modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

analisar a origem dos seus capitais, seu grau de concentração, setores e atividades econômicas mais recorrentes para o melhor entendimento sobre os processos de formação econômica do Brasil, evolução urbana do Rio de Janeiro e reafirmação de sua capitalidade, enquanto centro decisório também privado. Assim se deu o ascenso das Sociedades Anônimas Gigantes na capital do Brasil.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. *Almanaque Laemmert*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil, 1902, 1909-1910.

BRASIL. *Coleção das Leis da República do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891-1914.

BRASIL. *Diário Oficial da União*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909-1910, várias edições.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Proposta e Relatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. Censo Industrial do Brasil (1907). In: CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. *O Brasil: Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas M. Orosco & C., 1909.

FERREZ, M. *Edifício da Companhia Docas de Santos, 1906 circa*. Fotografia. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliansa/handle/20.500.12156.1/9982>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RETROSPECTO COMMERCIAL. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1910.

RIO DE JANEIRO TRAMWAY LIGHT AND POWER COMPANY. Plan of the Tramway Systems of the City of Rio de Janeiro. In: RIO DE JANEIRO TRAMWAY LIGHT AND POWER COMPANY. *2º Annual Report*. Localização: Library of Congress, Map Division. Nova Iorque: American Bank NoteCo., 1906.

SANTOS, F. A. N. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro: História e Legislação*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1934.

SIQUEIRA, E. *Resumo Histórico de The Leopoldina Railway Company, Limited*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Carioca, 1938.

WILEMAN, J. P. *The Brazilian Year Book - 1909*. Rio de Janeiro: The Offices of the Brazilian Year Book, 1909.



## OBRAS GERAIS

- ABREU, M. de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BARBERO, M. I. *Historia de Empresas: Aproximaciones Historiograficas y Problemas em Debate*. Buenos Aires: CEAL, 1993.
- BARRETO, G. *A perda da hegemonia industrial do Rio de Janeiro (1907-1939)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- BENCHIMOL, J. L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A Renovação Urbana do Rio de Janeiro no Início do Século XX*. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.
- BETHELL, L. *Brazil by British and Irish Authors*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2003.
- CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. V. da M. *Os Donos do Capital: uma trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- CARVALHO, A. S. O novo mapa da Estrada de Ferro Leopoldina. *Terra Brasilis*, [s. l.], n. 15, 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/9219>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- CASTELLS, M. *La Cuestión Urbana*. México: Siglo Veintiuno, 1972.
- CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.
- COGGIOLA, O. *As Grandes Depressões (1873-1896 e 1929-1939): Fundamentos Econômicos, Consequências Geopolíticas e Lições para o Presente*. São Paulo: Alameda, 2009.
- DALLA COSTA, A. História de Empresas no Brasil: entre os desafios teóricos e os estudos de caso. In: SAES, A. M.; SAES, F. A. M. de; RIBEIRO, M. A. R. *Rumos da história econômica no Brasil: 25 anos da ABPHE*. São Paulo: Alameda, 2017, p. 521-558.
- EARLEY, J. Coment. Papers and Proceedings. *American Economic Review*, [s. l.], v. 47, p. 333-335, 1957.
- FONTES, V. *O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2010.
- FREITAS FILHO, A. P. História Econômica e História de Empresa: algumas reflexões metodológicas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, n. 1, ano 10, p. 168-177, 1989.
- GOURVISH, T. R. *Redes de Empresas en España: Una Perspectiva Teórica, Histórica y Global*. Madrid: LID, 2005.
- GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil – 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

- GUIMARÃES, C. G. *A Presença Inglesa nas Finanças e no Comércio no Brasil Imperial. Os casos da Sociedade Bancária Mauá MacGregor & Co. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Co. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HONORATO, C. *O Polvo e o Porto: A Cia Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- HONORATO, C. Revisitando um Velho Tema: As Reformas Urbanas do Rio de Janeiro no início do Século XX (1902-1910). In: CAMPOS, P. H. P.; BRANDÃO, R. (Orgs.). *Dimensões do Empresariado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- HONORATO, C. T.; MANTUANO, T. *Escritos Sobre História Urbano-Portuária do Rio de Janeiro (1850-1920)*. Niterói: POLIS-UFF / PPGH-UFF, 2024.
- KULA, W. Las Investigaciones Sobre la Historia de las Empresas. In: KULA, W. *Problemas y métodos de la historia económica*. Barcelona: Península, 1974, p. 139-186.
- LAMARÃO, S. T. Capital privado, poder público e espaço urbano: a disputa pela implantação dos serviços de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 75-96, 2002.
- LENIN, V. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 2013.
- LEVY, M. B. *A Indústria do Rio de Janeiro Através de suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.
- LEVY, M. B. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.
- LEVY, M. B.; LOBO, E. M. L. (Orgs.). *Estudos sobre a Rio Light*. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008.
- LOBO, E. M. L. *História do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOBO, E. M. L. História Empresarial. In: VAINFAS, R.; CARDOSO, C. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LOBO, E. M. L. et al. Estudo das categorias socioprofissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, out./dez. 1973. *Observação: Usei \"et al.\" para mais de três autores, conforme a ABNT. Se você deseja listar todos, por favor me avise.*
- MANTUANO, T. *A Construção do Porto do Rio de Janeiro: Do Capital Comercial ao Capital Financeiro e Industrial*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.
- MARQUES, E. C. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 51-67, 1995.
- MARTINS, J. de S. *Conde Matarazzo: O Empresário e a Empresa*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital (Livro 1)*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAURO, F. O Empresário Moderno e a História Econômica. *Revista de Administração de Empresas*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 63-68, jul.-ago. 1974.
- MCDOWALL, D. *Light: A História da Empresa que modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- SAES, A. M.; GONCALVES, C. A trajetória da Business History no Brasil. In: GOULARTI FILHO, A.; SAES, A. (Orgs.). *História de Empresas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2021.
- SAES, F. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SAES, F. História de Empresas e História Econômica no Brasil. In: GOULARTI FILHO, A.; SAES, A. (Orgs.). *História de Empresas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2021.
- SWEEZY, P.; BARAN, P. *Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- VALDALISO GAGO, J. M. El Juego, los Jugadores... y las reglas. Aproximaciones Didácticas a la Historia Económica de la Empresa. In: GARRIDO GONZÁLEZ, L. *Historia Económica y Experiencia Didáctica: un encuentro en Jaén*. Jaen: Instituto de Estudios Giennenses, 1993.
- WEID, E. von der. A Reforma Urbana e a Light: uma revolução na cidade. Rio de Janeiro, início do século XX. *História Econômica e História de Empresas*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 65-85, 2003.
- WEID, E. von der. *Chegada e expansão da Light no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa: 7 Letras, 2017.
- WEID, E. von der; BASTOS, A. M. R. *O fio da meada: estratégia da expansão de uma indústria textil (1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa / Confederação Nacional da Indústria, 1986.
- WOOD, E. M. *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Recebido em: 08/09/2025 - Aprovado em: 01/12/2025.